

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

Em 27 de março de 2019, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1** **Informações;**
- 2** **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 3** **Distribuição de iniciativas europeias;**
- 4** **Discussão e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - Projeto de Lei n.º 669/XIII/3.ª (PAN) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de Maio - Relatora - Deputada Emília Cerqueira (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 1104/XIII/4.ª (BE) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio) - Relatora - Deputada Emília Cerqueira (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 1113/XIII/4.ª (PAN) - Determina uma maior proteção para as crianças no âmbito de crimes de violência doméstica - Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
- 5** **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - Proposta de Lei n.º 124/XIII/3.ª (GOV) - Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980;
 - Proposta de Lei n.º 150/XIII/4.ª (GOV) - Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção;
 - Proposta de Lei n.º 151/XIII/4.ª (GOV) - Altera as medidas de segurança obrigatórias em estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança;
 - Proposta de Lei n.º 169/XIII/4.ª (GOV) - Reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/800;
 - Projeto de Lei n.º 959/XIII/3.ª (PCP) - Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de crianças e jovens em risco;
- 6** **Votação na especialidade por analogia do disposto no artigo 150.º do RAR, nos termos de deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, dos Projetos de Resolução n.ºs:**
 - 1976/XIII/4.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a urgente concretização de medidas para a prevenção e combate à violência doméstica;
 - 1998/XIII/4.ª (PAN) - Recomenda ao Governo o incremento de medidas que permita a melhoria da capacidade de resposta a situações de violência doméstica;
- 7** **Fixação da redação final de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente do texto que procede à "Terceira alteração ao Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março" [Projetos de Lei n.ºs 694/XIII/3.ª (PSD) e 721/XIII/3.ª (BE)];**
- 8** **Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD para:**
 - Audição do Embaixador Luís Barreira de Sousa enquanto responsável em Portugal pelo sistema de alerta rápido de campanhas de desinformação que a União Europeia está a implementar;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

- Audição do Conselho Superior da Magistratura no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica;
- 9 **Apreciação e votação do relatório sobre a COM (2018) 901 - "Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança" - Relatora - Deputada Sandra Pereira (PSD);**
- 10 **Admissão e distribuição de petições, designadamente da Petição n.º 596/XIII/4.ª - Solicitam a alteração do sistema de registo de presenças dos deputados;**
- 11 **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente da Petição n.º 564/XIII/4.ª - Solicitam a adoção de medidas com vista ao alargamento dos direitos eleitorais na CPAS - Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)**
- 12 **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 13 **Outros assuntos.**

11:30 Horas - Audiência com membros do Conselho Superior do Ministério Público, magistrados do MP eleitos pelos seus pares, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 147/XIII/3.ª (GOV) - Aprova o Estatuto do Ministério Público:

**Pedro Branquinho Ferreira Dias
Alexandra Chicharo das Neves
Carlos José do Nascimento Teixeira
Luís Martins
Francisco Guedes
David Albuquerque Aguilar
André Namora**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), procedeu-se à distribuição de iniciativas legislativas, nos seguintes termos:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	CONSULTAS A PROMOVER
PPL 191/XIII/4.ª (GOV)	Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985	26-03-2019		Dep. António Gameiro (PS)	CSM CSMP OA
PPL 192/XIII/4.ª (GOV)	Executa o Regulamento (UE) n.º 2017/1939, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia	26-03-2019 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 4.ª Comissão		Dep. Emília Cerqueira (PSD)	CSM CSMP OA
PPL 193/XIII/4.ª (GOV)	Altera o regime do mandado de detenção europeu	26-03-2019		Dep. Emília Cerqueira (PSD)	CSM CSMP OA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	CONSULTAS A PROMOVER
PJL 1176/XIII/4.ª (PS)	Clarifica o disposto na Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, em matéria de restrições à publicidade institucional realizada por entidades públicas em período eleitoral	21-03-2019	21-03-2019	Dep. Carlos Peixoto (PSD)	Pareceres a solicitar: CSM CSMP OA ERC CNE
PJL 1178/XIII/4.ª (CDS-PP)	Consagra a natureza de crime público do crime de perseguição, verificadas determinadas circunstâncias agravantes, bem como a possibilidade de aplicação de medidas preventivas (47.ª alteração ao Código Penal e 31.ª alteração ao Código de Processo Penal)	21-03-2019	21-03-2019	Dep. Isabel Alves Moreira (PS)	CSM CSMP OA
PJL 1182/XIII/4.ª (PAN)	Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança	26-03-2019	26-03-2019	Dep. Frenando Rocha Andrade (PS)	CSM CSMP OA
PJL 1183/XIII/4.ª (BE)	Protege as crianças que testemunhem crimes de violência doméstica e torna obrigatória a recolha de declarações para memória futura no decorrer do inquérito (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas)	26-03-2019	26-03-2019	Dep. Isabel Alves Moreira (PS)	CSM CSMP OA

Foi ainda distribuída a seguinte iniciativa europeia:

19-03-2019	COM (2019) 125 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia	Relatora nomeada: Dep. Susana Amador (PS)	Prazo – 17-04-2019
------------	--	---	---------------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

No quarto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação e votação dos seguintes pareceres:

- sobre os Projetos de Lei n.ºs [669/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - *Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de Maio* e [1104/XIII/4.ª \(BE\)](#) - *Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio)*, ambos apresentados pela Relatora, Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD), que apresentou, na parte relativa à sua opinião, reservas formais – dúvidas sobre a constitucionalidade da aprovação, pela Assembleia da República, de alterações na lei orgânica de uma entidade da administração direta do Estado - e de oportunidade – a promulgação, pelo Senhor Presidente da República, da nova orgânica da ANEPC. Sublinhou que tais dúvidas não constituíam uma opinião política, tendo apenas a natureza que indicara.

Interveio a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) que recordou que iniciativa idêntica fora rejeitada há 2 anos e que já nessa altura se anunciara medidas legislativas do Governo nessa matéria, nunca concretizadas, continuando a APBV arredada da composição do Conselho Nacional de Bombeiros.

Submetidos a votação, os pareceres foram aprovados (nas suas partes I e III), na ausência do PEV;

- sobre o Projeto de Lei n.º [1113/XIII/4.ª \(PAN\)](#) - *Determina uma maior protecção para as crianças no âmbito de crimes de violência doméstica*. A Relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), apresentou brevemente o parecer, após o que foi aprovado por unanimidade (nas partes I e III), na ausência do PEV.

No quinto ponto da ordem de trabalhos procedeu-se à discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 124/XIII \(GOV\)](#) - *Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980*.

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 21 de dezembro de 2018, após aprovação na generalidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais](#), Conselho Superior do Ministério Público (tendo sido recebido resposta da [Procuradora-Geral da República](#)) e [Ordem dos Advogados](#).

Não foram apresentadas propostas de alteração da iniciativa legislativa em apreciação.

Na reunião, na qual se encontravam representados todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei e das propostas de alteração apresentadas.

Da votação resultou o seguinte:

- todos os artigos da Proposta de Lei foram **aprovados** com votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PSD, CDS/PP e PCP.

No debate que antecedeu a votação, intervieram:

- o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), que, justificando a abstenção do seu Grupo Parlamentar, reiterou a posição oportunamente manifestada na fase de apreciação na generalidade, de que deveria ser o Governo a legislar no sentido proposto e não a transferir “o fardo” para a Assembleia da República - a revogação de mais de 800 diplomas em relação aos quais a Assembleia não tinha informação suficiente e, portanto, possibilidade de revogar com segurança jurídica;
- o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que se associou a estas considerações, defendendo também não haver necessidade de votação desta matéria na Assembleia da República, órgão que não teria sequer possibilidade de verificar todos os diplomas legais enunciados, confiando necessariamente na correção do trabalho governamental. Indicou que o seu Grupo Parlamentar votaria favoravelmente se houvesse necessidade de viabilizar a iniciativa, mas, sabendo não ser necessário, se absteria para a sinalizar a desnecessidade de apreciação e votação deste articulado no Parlamento;
- a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP) invocou tratar-se de matéria densa – a revogação de uma multiplicidade de diplomas legais sem conhecimento cabal da razão para a determinação da cessação da sua vigência e o desconhecimento de



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

eventuais consequências para outros diplomas em vigor, informação que deveria ter sido fornecida pelo Governo à Assembleia da República.

O Senhor Presidente da Comissão declarou não compreender as objeções formuladas atentos os poderes legislativos limitados e precários do Governo.

Procedeu-se ainda à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 151/XIII/4.ª (GOV), que [Altera as medidas de segurança obrigatórias em estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança.](#)

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 4 de janeiro de 2019, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados e recebidos pronúncias e pareceres escritos das seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), Conselho Superior do Ministério Público (tendo sido recebido parecer da [Procuradora-Geral da República](#)), [Ordem dos Advogados](#) e [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#).

Não foram apresentadas propostas de alteração da iniciativa legislativa em apreciação.

Na reunião, na qual se encontravam representados todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas.

Da votação resultou o seguinte:

- todos os artigos da Proposta de Lei foram aprovados com votos a favor do PS e a abstenção do PSD, BE, CDS/PP e PCP.

Foi adiada, a solicitação do Grupo Parlamentar do PS, a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 150/XIII/4.ª (GOV) - [Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção](#) e do Projeto de Lei n.º 959/XIII/3.ª (PCP) - [Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

[crianças e jovens em risco](#), este último tendo em vista a apresentação de propostas de alteração.

A solicitação do Grupo Parlamentar do PSD, para posterior apresentação de propostas de alteração, foi ainda adiada a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 169/XIII/4.ª (GOV) - [Reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva \(UE\) 2016/800](#).

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD foi também adiado o ponto sexto da ordem de trabalhos, tendo este Grupo Parlamentar, enquanto proponente de um dos Projetos de Resolução em apreciação, assumido o encargo de contactar o outro proponente – o PAN – para articulação e eventual apresentação de proposta conjunta de substituição.

Procedeu-se em seguida à fixação da [redação final](#), nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que procede à "*Terceira alteração ao Regime Jurídico dos Inquiridos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março*" [Projetos de Lei n.ºs 694/XIII/3.ª (PSD) e 721/XIII/3.ª (BE)].

foi fixada por unanimidade a redação final do texto, tendo sido aceites, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da informação n.º 40/DAPLEN/2019, de 20 de março de 2019, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção da prevista para o n.º 4 do artigo 20.º, que deve ser aperfeiçoada nos seguintes termos: "*Face ao conteúdo final do relatório, apurado de acordo com a votação referida no número anterior, (...)*".

Em seguida, procedeu-se à apreciação dos requerimentos. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD para:

- [audição do Embaixador Luís Barreira de Sousa](#) enquanto responsável em Portugal pelo sistema de alerta rápido de campanhas de desinformação que a União Europeia está a implementar – que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, após ter sido apresentado pelo Coordenador;
- [audição do Conselho Superior da Magistratura](#) (CSM) no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica, que foi aprovado com votos a favor do PSD, BE, CDS/PP e PCP e a abstenção do PS, que considerou que o relacionamento da



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.^a SL

Assembleia da República com o CSM impedia que este fosse convocado, devendo a audição ser considerada no sentido de dever passar por uma audição prévia do CEJ, entidade mais diretamente responsável pela matéria.

Apresentado o relatório sobre a [COM\(2018\)901](#) - *Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança* pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), foi o mesmo aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, foi deliberado por unanimidade indeferir liminarmente a [Petição n.º 596/XIII/4.^a](#) – “*Solicitam a alteração do sistema de registo de presenças dos deputados*”, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (na redação das Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho, 45/2007, de 24 de Agosto e 51/2017, de 13 de julho), na ausência do PEV.

Foi ainda apreciado o relatório final da [Petição n.º 564/XIII/4.^a](#) – “*Solicitam a adoção de medidas com vista ao alargamento dos direitos eleitorais na CPAS*”, que, depois de ter sido apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, foi ratificado o parecer da Subcomissão de Ética sobre levantamento de imunidade de Deputado.

Após uma curta pausa, teve início, às 11h45, a audiência solicitada pelos membros do Conselho Superior do Ministério Público, magistrados do MP eleitos pelos seus pares – Procuradores Pedro Branquinho Ferreira Dias, Alexandra Chícharo das Neves, Carlos José do Nascimento Teixeira, Luís Martins, Francisco Guedes, David Albuquerque Aguilar e André Namora -, no âmbito da apreciação da [Proposta de Lei n.º 147/XIII/3.^a \(GOV\)](#) - *Aprova o Estatuto do Ministério Público*.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, começou por dar as boas vindas aos magistrados do MP eleitos pelos seus pares e membros do Conselho Superior do Ministério Público, a quem deu de imediato a palavra.

Usaram da palavra para uma intervenção inicial os senhores Procurador- Geral Adjunto Pedro Branquinho Ferreira Dias, os Procuradores-Adjuntos Francisco Guedes e David Albuquerque Aguilar, o Procurador da República Carlos José do Nascimento Teixeira, o Procurador-Adjunto Luis Martins e, por fim, a Procuradora da República Alexandra Chícharo das Neves.

Em seguida, intervieram para colocar questões os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Fernando Anastácio (PS) e Jorge Machado (PCP), aos quais responderam em conjunto os Senhores Procurador- Geral Adjunto Pedro Branquinho Ferreira Dias, Procurador da República Carlos José do Nascimento Teixeira e os Procuradores-Adjuntos Francisco Guedes, David Albuquerque Aguilar e André Namora.

A audiência foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de março de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 38/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino
José Luís Ferreira